



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A IMPrensa NACIONAL
E O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Processo nº 00034.003306/2018-68

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2019

A Imprensa Nacional, Órgão específico singular integrante da estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República, com sede no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, lote 800, CEP: 70610-460, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.196.645/0001-00, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral **Pedro Antonio Bertone Ataíde**, portador da Carteira de Identidade nº 15.531.289 – SSP/SP, e do CPF nº 055.071.218-69, residente e domiciliado no Distrito Federal, doravante denominada **Imprensa Nacional** e o **Tribunal de Contas da União**, com sede no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 4, Lote 1, Brasília/DF, CEP 70.042-900, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.414.607/0001-18, doravante denominado **TCU**, representado neste ato por seu Presidente, o Ministro **José Mucio Monteiro**, na forma e condições explicitadas neste instrumento,

RESOLVEM, celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica ("Acordo"), que se rege pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e pela Portaria-IN nº 296, de 30 de outubro de 2018, publicada no DOU de 17/11/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Acordo tem por objetivo estabelecer a cooperação técnica das partes para fim de consecução de projeto piloto e troca de conhecimento e informações sobre a aplicação e uso de tecnologias no processo de digitalização de documentos contendo atos oficiais, auxiliar no processo de mineração e análise de texto (*text mining*), além de permitir o compartilhamento do conteúdo das edições do Diário Oficial da União em formato aberto (eXtensible Markup Language – XML), imediatamente após a publicação no portal da **Imprensa Nacional**.

1.2. O presente Acordo se restringe à cooperação descrita acima e execução das respectivas atividades relacionadas, devendo as partes detalhar ao menos um Plano de Trabalho para definição de atividades relacionadas ao escopo ora definido, antes do início das atividades cooperadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO/ATRIBUIÇÕES

2.1. Cada parte designará responsável pelo acompanhamento e monitoramento da execução do pactuado no presente Acordo.

2.2. Constituem atribuições das partes:

I – receber em suas dependências os responsáveis indicados pela outra parte para participar do desenvolvimento de atividades atinentes ao objeto do presente Acordo;

II – cumprir os encargos e obrigações estabelecidos neste acordo e eventuais planos de trabalho, assumindo cada parte os seus respectivos custos na execução e entrega da cooperação ora estabelecida;

III – levar ao conhecimento da outra parte, fato ou ocorrência que interfiram no andamento das atividades decorrentes deste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O presente Acordo não implicará repasse de recursos financeiros entre as partes. Cada uma das partes assumirá seus próprios custos em decorrência dos recursos alocados na execução do escopo e suas atribuições, inexistindo qualquer obrigatoriedade prévia de assunção de obrigações a partir dos seus resultados.

3.2. Eventuais repasses de recursos financeiros ou de bens que se fizerem necessários deverão ser estabelecidos em instrumentos próprios com obediência aos princípios da administração pública, à Lei de Licitação e às normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO ADITAMENTO

4.1. Eventual alteração a este Acordo deverá ser feita por escrito, mediante termo aditivo a ser assinado pelas partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA

5.1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

5.2. O presente instrumento poderá ser resolvido no caso de descumprimento de qualquer de suas obrigações, depois de previamente notificado a parte em situação de descumprimento, e caso o mesmo não tenha sanado a questão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da notificação. Implica na resolução automática do presente Acordo qualquer descumprimento relacionado a questões de propriedade intelectual, responsabilidade ou na inobservância das leis anticorrupção.

5.3. O presente instrumento poderá ser resiliado, por iniciativa de qualquer parte, a qualquer tempo, sem qualquer ônus, encargos ou penalidades, mediante denúncia a ser notificada por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

5.4. A eventual denúncia deste Acordo não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades já iniciadas ser desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente Acordo.



CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O presente instrumento constitui o acordo integral entre as partícipes, substituindo quaisquer entendimentos anteriores, verbais ou por escrito, somente podendo ser alterado mediante termo aditivo.

6.2. Os direitos e obrigações decorrentes do presente Acordo não poderão ser cedidos ou transferidos para terceiros sem a prévia e expressa autorização dos demais partícipes.

6.3. Se qualquer das partícipes deixar de exercer, à época, direito decorrente deste Acordo, tal ato não representará renúncia ou novação, devendo ser interpretado como mera liberalidade, podendo ser exercido a qualquer tempo, a não ser que as partícipes disponham expressamente contrário.

6.4. Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Acordo serão dirimidos pelos partícipes, preferencialmente, por meio de consultas e mútuo entendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO


7.1. A Imprensa Nacional providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos da legislação de vigência.


CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir questões ou dúvidas oriundas do presente Acordo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


8.2. Por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas infra-assinadas, para um só efeito.

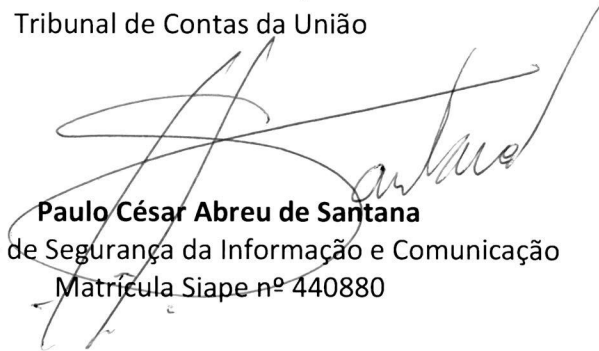
Brasília, 4 de junho de 2019


Pedro Antonio Bertone Ataíde
Diretor Geral
Imprensa Nacional


José Mucio Monteiro
Presidente do
Tribunal de Contas da União

Testemunhas:


Syball Rufino Oliveira
Coordenador de Tecnologia da Informação
Matrícula Siape nº 1877322


Paulo César Abreu de Santana
Gerente de Segurança da Informação e Comunicação
Matrícula Siape nº 440880